

REDES DE COOPERAÇÃO: DAS ARTES DE PESCA À INOVAÇÃO FINANCEIRA

Ademir Antonio Cazella¹

Fábio Luiz Búrigo²

Adinor José Capellesso³

Resumo

O presente trabalho aborda a ação extensionista do Laboratório de Estudos da Multifuncionalidade Agrícola e do (Lemate) por meio do Projeto “Promoção do Cooperativismo de Crédito junto aos Pescadores e Aquicultores Familiares”, aprovado junto ao CNPq. Esse projeto tem por objetivo principal a constituição de cooperativas de crédito rural junto a pescadores artesanais, aquicultores (maricultores) e agricultores familiares dos municípios de Garopaba e Governador Celso Ramos, localizados no litoral catarinense. A concepção dessa iniciativa orientou-se fundamentalmente a partir de quatro aspectos: a) acesso restrito e baixa qualidade de serviços aos pescadores artesanais e aquicultores familiares na operacionalização de políticas públicas de crédito; b) atendimento de algumas demandas financeiras em comunidades pesqueiras por meio de sistemas informais pouco favoráveis; c) importância das microfinanças para o desenvolvimento; e d) experiência promissora das cooperativas de crédito rural junto aos agricultores familiares. As cooperativas de crédito valorizam as relações de proximidade e cumprem papel relevante na execução de políticas públicas de crédito, constituindo-se num propulsor para o desenvolvimento de comunidades tradicionais. Sendo assim, o projeto busca estimular os pescadores artesanais, aquicultores e agricultores familiares localizados na zona costeira a constituir instituições financeiras análogas às existentes junto aos agricultores familiares de outras regiões do estado.

Palavras-chave: Cooperativismo. Cooperativas de crédito. Microfinanças. Pescadores artesanais e aquicultores. Economia solidária.

COOPERATION NETWORKS: FROM FISHERY TO FINANCIAL INNOVATION

¹ Graduado em Agronomia pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (1986), com mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (1992) e doutorado em Science de l'Homme et de la Société - Centre d'Etudes Supérieures d'Aménagement -Tours/França (2000). Atualmente é professor da UFSC, junto ao Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas.

² Graduado em Agronomia (1987), mestre em Agroecossistemas (1999) e doutor em Sociologia Política (2006) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atualmente é professor do Departamento de Zootecnia e Desenvolvimento Rural da UFSC.

³ Graduado em Agronomia pela Universidade Federal de Pelotas (2008), com mestrado em Agroecossistemas pela Universidade Federal de Santa Catarina (2010). Atualmente é consultor do Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano e Ministério da Pesca e Aquicultura.



Esta obra está licenciada sob uma [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/).

Abstract

This article brings up the extension activities of the research group in Agricultural Multifunctionality and Territories (LEMATE) through the project “Promotion of credit cooperativism among small-scale fishing and aquaculture producers” supported by National Council of Technological and Scientific Development. The mainly goal of the project is creating rural credit cooperatives jointly small-scale fisherman, aquaculture producers (mariculture) and family farmers in Garopaba and Governador Celso Ramos, Santa Catarina coast. The workconception was essentially based in four aspects: restrict access and low quality services in public credit operations among small-scale fisherman and aquaculture producers; unfavorable informal financial systems in fisherman communities; microfinance relevance in development; success of rural credit cooperatives with family farmers. Credit cooperatives encourage proximity relations and play a major role in public credit programs, what improves development in traditional communities. Thus the project aims to stimulate small-scale fisherman, and family aquaculture producers located along the coast to build up financial institutions similar to those that already exist among family farmers across the State of Santa Catarina.

Keywords: Cooperativism. Credit cooperatives. Microfinance; Small-scale fisherman and aquaculture producers; Solidarity economy.

INTRODUÇÃO

Este artigo retrata as ações de extensão atualmente desenvolvidas pela equipe do Laboratório de Estudos da Multifuncionalidade Agrícola e do Território (Lemate), vinculado ao Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina (CCA/UFSC). Por meio do Projeto “Promoção do Cooperativismo de Crédito junto aos Pescadores e Aquicultores Familiares”, a equipe do Lemate está buscando solucionar um dos maiores entraves ao desenvolvimento da pesca artesanal e da aquicultura familiar no Brasil: o acesso de produtores familiares ao crédito rural. Note-se que, no Brasil, tanto a pesca artesanal quanto a aquicultura são enquadradas para fins de políticas de financiamento como sendo atividades de natureza rural. O resultado almejado pelo projeto é a criação de duas cooperativas de crédito voltadas diretamente ao atendimento de pescadores artesanais, aquicultores e agricultores familiares localizados em comunidades litorâneas. Além da UFSC, a iniciativa conta com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), do projeto Sistemas Agrários e Desenvolvimento Territorial (Programa Capes/Brafagri), bem como de diversos parceiros regionais e locais.

O Lemate inspira-se em experiências implantadas por agricultores familiares do sul do Brasil durante os últimos quinze anos. São cooperativas bem sucedidas que vêm conseguindo popularizar o uso do crédito oficial e de outros serviços financeiros, captar depósitos e ampliar o capital social local, estabelecendo novas perspectivas de desenvolvimento das regiões em que atuam. Ao estimular o surgimento de cooperativas de crédito coordenadas por famílias de pescadores e aquicultores, o Projeto pode ser considerado uma inovação técnica e institucional e gerar efeitos multiplicadores em larga escala. Como a grande maioria desse público ainda desconhece os benefícios do cooperativismo de crédito, os resultados do Projeto servirão de referência para o desenvolvimento de iniciativas similares em outras regiões do país.

A pesca artesanal e os sistemas de financiamento

No Brasil, a pesca artesanal é o resultado de vários séculos de interação entre a pesca indígena e os aportes dos colonizadores europeus e escravos africanos (DIEGUES, 1999). Durante o Século XX, esse tipo de pesca sofreu profundas transformações em decorrência do processo de modernização técnica. Os pescadores artesanais se especializaram nas capturas, abandonando progressivamente a agricultura, a produção de matérias-primas e, em menor proporção, a confecção de equipamentos de captura, que lhes confere a adjetivação artesanal. A partir daí, as diferenças entre a pesca artesanal e a de caráter industrial passaram a se dar em função do esforço de captura, arte de pesca, tamanho das embarcações, grau de tecnologia utilizada e as relações de trabalho. A modernização também transformou a pesca artesanal em outras dimensões. A imagem e a condição sócio-profissional do antigo pescador artesanal se modificaram à medida que suas ações, antes ligadas apenas à subsistência, perdem espaço para a expansão do pescador como profissão e gerador de renda familiar. Assim, a pesca artesanal agrupa, em seu interior, grande diversidade de tipos de pescadores, os quais têm, em comum, a atuação baseada na pequena escala e no predomínio de trabalho não-assalariado, com forte presença de laços familiares (CAPELLESSO; CAZELLA; BÚRIGO, 2009).

Cabe destacar que, embora tenha conseguido se modernizar, essa categoria foi historicamente relegada ao segundo plano pelas políticas de industrialização pesqueira, raramente acessando o crédito rural subsidiado e os incentivos fiscais concedidos. A partir de 1967, a opção dos governos militares pelo investimento nos grandes barcos em detrimento da pesca de pequena escala era justificada através da “visão idílica” do pescador artesanal,

reforçada em muitos trabalhos acadêmicos da época, segundo a qual, esses pescadores eram incapazes de se modernizar e ampliar a produção. Assim, a categoria artesanal seria incompatível com o projeto de desenvolvimento urbano-industrial e com a promoção das exportações, a exemplo do debate sobre as limitações da “pequena produção agrícola”. Mesmo recebendo escassos recursos públicos, a pesca artesanal desenvolveu sistemas de financiamento informais que lhe permitiram modernizar-se e expandir a produção (DIEGUES, 1999; CAPELLESSO, 2010).

Em meados da década de 1980, a expansão do esforço de captura (industrial e artesanal) ultrapassou a capacidade produtiva de várias espécies. A consequente redução da produção levou à queda na renda de pesca e à descapitalização, com maiores impactos sociais entre os pescadores artesanais. Para o enfrentamento desse quadro, merecem destaque o trabalho temporário fora da pesca (pluriatividade), as iniciativas de gestão dos recursos pesqueiros e a prática da aquicultura (maricultura). Contudo, essas iniciativas vêm enfrentando uma série de dificuldades, principalmente ligadas à baixa capacidade de investimento dos pescadores e às dificuldades de acessar serviços financeiros de qualidade.

A partir de 2003, a pesca artesanal passou a contar com uma linha de crédito específica, criada dentro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf Pesca). Após alguns anos, viu-se que, apesar de oportuna, essa nova política pública de crédito não havia gerado os resultados esperados. Estudos realizados no litoral catarinense apontam a dificuldade que as políticas públicas de crédito enfrentam para atender as comunidades pesqueiras. Essa situação contribui para a manutenção de sistemas de financiamento informais, em geral dominados pelo mecanismo do aviamento. Por esse sistema, os atravessadores da produção (compradores) adiantam dinheiro aos pescadores ao mesmo tempo em que prestam alguns serviços a serem pagos mediante a entrega de pescado. A falta de opção para a obtenção de recursos financeiros de outras fontes restringe as possibilidades de negociação dos pescadores, ampliando a assimetria de poder e o controle das relações comerciais em favor do atravessador. Os elevados juros dos aviamentos normalmente ficam ocultos como se fossem ganhos comerciais decorrentes da diferença de preço entre a compra do pescado e a revenda às indústrias. Assim, os empréstimos acabam sendo entendidos como ajudas e muitos pescadores constroem uma imagem positiva dos atravessadores (CAPELLESSO, 2010).

Muitas vezes, as debilidades no acesso ao crédito têm relação com as insuficiências organizativas dos potenciais tomadores, que não conseguem “fazer valer” seus direitos em

relação ao financiamento público e aos outros serviços financeiros. Essa dificuldade é reforçada pela falta de interesse ou incapacidade do setor bancário nacional, que não prioriza sua atuação em comunidades distantes dos grandes centros produtivos e nem está adequadamente aparelhado para tratar de demandas da parte de segmentos de baixa renda, ou que não compõem o seu rol de clientes preferenciais. São fragilidades de natureza institucional e estrutural que impedem, por exemplo, que os recursos alocados pela sociedade ao setor sejam devidamente aplicados. Em 2005, o Pronaf aplicou apenas R\$ 23 milhões dos R\$ 350 milhões disponíveis na linha de crédito “Pronaf Pesca”.

Diante desse quadro, vários autores sugerem que o cooperativismo de crédito representa a experiência mais promissora para se popularizar as finanças no Brasil (CAZELLA, 2002; ABRAMOVAY, 2003; BITTENCOURT, 2003). As cooperativas de crédito podem significar novas oportunidades de acesso a recursos oficiais e uma forma concreta de fortalecer a cooperação e o poder de barganha de grupos sociais tradicionalmente excluídos das políticas públicas de crédito. Além de elevar a renda e reestruturar a vida financeira das famílias associadas, essas organizações auxiliam no desenvolvimento da microrregião onde atuam, uma vez que são capazes de canalizar a poupança local para o financiamento de projetos de interesse comunitário (BÚRIGO, 2007, 2010).

Deficiências no mercado financeiro e o cooperativismo de crédito rural: uma síntese do sistema de economia solidária

Mesmo dispondo de um mercado bancário altamente sofisticado, o Brasil apresenta dificuldades de acesso e falhas no atendimento financeiro a uma parcela significativa da população. Não obstante o recente esforço governamental visando ampliar a oferta de crédito e facilitar a abertura de contas simplificadas para as populações de baixa renda, verifica-se que muitos serviços financeiros estão ainda distantes de milhões de brasileiros. A exclusão está presente em todas as regiões, mas afeta, sobretudo, as zonas menos desenvolvidas e os territórios mais distantes dos principais polos econômicos (BÚRIGO, 2010).

Ao contrário da rede bancária comercial, que prefere concentrar investimentos em centros urbanos e nos setores econômicos mais capitalizados, alguns sistemas de cooperativas de crédito procuram atender públicos localizados em zonas rurais. Além disso, as limitações da rede bancária em atender as populações mais pobres têm colocado as cooperativas de crédito como uma alternativa de difusão das microfinanças. Quando bem integradas nas

comunidades, as cooperativas de crédito podem compensar a menor escala em que operam, reduzindo os custos de transação advindos da seleção adversa e do risco moral (BESLEY, 1994).

A presença das cooperativas de crédito já é particularmente expressiva em pequenos e médios municípios do Sul. Em várias dessas localidades, essas cooperativas se transformaram no principal agente financeiro local. Mesmo com tal desempenho em algumas regiões, o cooperativismo de crédito ainda apresenta grande potencial de crescimento em termos nacionais. Em 2006, as 1450 cooperativas de crédito brasileiras representavam apenas 2,4% do patrimônio líquido, 1,4% dos ativos totais, 1,6% dos depósitos e 2,0% das operações de crédito do segmento bancário (SOARES; MELO SOBRINHO, 2006).

Para o Banco Central, o cooperativismo de crédito no Brasil vem se estruturando a partir de dois modelos de governança distintos. De um lado, estão as organizações “tradicionais” e que adotam um perfil verticalizado. São cooperativas que buscam a centralização e os ganhos pela economia de escala. Suas estruturas de representação e gestão caracterizam-se pelo formato piramidal, com as cooperativas singulares na base, as centrais na zona intermediária e as confederações no topo. Nesses sistemas, as instâncias superiores possuem forte ingerência sobre as singulares e as responsabilidades de gestão são quase todas assumidas por funcionários contratados; de regra, estimulam que as cooperativas singulares sejam de grande porte e cubram extensas áreas de abrangência (BÚRIGO, 2010).

De outro lado, estão as cooperativas que funcionam segundo a lógica da “economia solidária”. A experiência surgiu na década de 1990, nos estados do Sul, por meio da formação de cooperativas de crédito não atreladas às cooperativas de produção agrícola, rompendo com uma prática usual na época (CAZELLA, 2002). Denominada de “vertente solidária” do cooperativismo (PINHO, 2004), esse tipo de organização se caracteriza também como uma tentativa de atuar junto aos segmentos sociais menos favorecidos. Pode-se afirmar, portanto, que são cooperativas formadas por segmentos sociais que estão buscando enfrentar os problemas decorrentes da pobreza e da falta de meios necessários ao desenvolvimento (BÚRIGO, 2007).

Para o Banco Central, esse segundo grupo de cooperativas é formado por sistemas que adotam o perfil horizontalizado, sendo assim denominadas porque constroem estruturas radiais e buscam ampliar a participação social nas instâncias de gestão. Esse perfil é reforçado pela formação de cooperativas de pequeno e médio porte, cuja atuação se restringe ao âmbito municipal e às áreas limítrofes. Para evitar a concentração do poder econômico e o

distanciamento entre o quadro social e a direção, essas redes estimulam os desmembramentos de suas cooperativas toda vez que essas crescem além do padrão estabelecido. Por ter como missão beneficiar o máximo de pessoas e não apenas determinados grupos de interesse, esse tipo horizontalizado de cooperativa procura ampliar a captação e a aplicação de programas públicos de crédito – como o Pronaf –, viabilizando financiamentos que dinamizam as cadeias produtivas e outros projetos voltados ao desenvolvimento do meio rural (BÚRIGO, 2010).

As redes de cooperativas de crédito solidárias brasileiras estão atualmente articuladas em torno da Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito de Economia Familiar e Solidária (Ancosol). O exemplo mais expressivo do modelo solidário é o Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Integração Solidária (Cresol). Fundado em 1995, o Cresol ocupa a quarta posição dentro do cenário cooperativista nacional. É um sistema constituído exclusivamente por cooperativas de crédito rural cuja atuação abrange cerca de trezentos e cinquenta municípios dos três estados do Sul. Possui em torno de cem mil associados e uma estrutura formada por duas centrais, treze bases regionais de serviço, 124 singulares e dezenas de Postos de Atendimento Cooperativos - PAC (BÚRIGO, 2010).

Para grande parte das famílias de pescadores e aquicultores que atua em regime de economia familiar e para muitas regiões em que as atividades pesqueiras e aquícolas são econômica e socialmente importantes, as cooperativas de crédito rural solidárias podem se tornar um elemento estratégico para a promoção do desenvolvimento. Além de qualificar o atendimento financeiro dos produtores diretamente envolvidos nos financiamentos, essas organizações tendem a ampliar a capacidade de captação da poupança local, favorecer a aplicação e gestão social das políticas públicas e aumentar a eficácia de projetos e programas de crédito e de desenvolvimento direcionados ao setor pesqueiro. Apesar dos benefícios que as cooperativas de crédito são capazes de gerar, essas instituições financeiras ainda não estão presentes nas localidades em que as atividades pesqueira e aquícola de base familiar sejam expressivas. Há raríssimos locais onde as populações de pescadores artesanais são atendidas por uma unidade cooperativa de crédito. No Brasil **não existe nenhuma cooperativa de crédito rural cujo protagonismo seja dado por pescadores ou aquicultores familiares.**

Em função de seu ineditismo, tanto os passos para a constituição, quanto o modelo de governança das cooperativas de crédito de pescadores e aquicultores precisam ser construídos e aprimorados. Até hoje, as experiências de constituição e gestão de cooperativas de crédito rural solidárias no Brasil tiveram como enfoque a participação de produtores familiares que desenvolvem atividades tipicamente agrícolas. Portanto, além de ampliar o atendimento

financeiro de algumas comunidades de pescadores e aquicultores catarinenses que não possuem uma assistência financeira adequada, a experiência desencadeada por esta atividade de extensão representa uma espécie de “laboratório social”, que poderá servir de referência e ser seguido por outras comunidades pesqueiras e aquícolas de outras regiões do país.

Ressalte-se que a criação de cooperativas de crédito rural solidárias nos moldes aqui propostos está plenamente amparada pela legislação. De acordo com as regras do Banco Central, uma cooperativa de crédito rural pode atender, simultaneamente, pescadores, aquicultores e outros produtores que desenvolvam atividades rurais, tendo como área de atuação um ou mais municípios. Tem-se, portanto, a possibilidade de se constituir uma organização financeira voltada aos interesses dos pescadores e aquicultores, mas em condições de atuar também como um “banco” do município ou da região: um agente financeiro impulsionador do desenvolvimento local ou territorial.

MATERIAL E MÉTODOS

O trabalho tem como estratégia geral o estímulo à participação social. Desde o início, as atividades buscam envolver os atores locais no processo, potencializando o capital social existente e despertando a capacidade organizativa dos moradores da região. A experiência demonstra que o sucesso na implantação de uma cooperativa de crédito ou de um PAC depende fortemente da confiança que se forma entre as pessoas e entre as comunidades envolvidas. Um processo de animação e de constituição de cooperativas dessa natureza mal planejado, sem transparência ou que os conflitos não são resolvidos adequadamente pode gerar impasses intransponíveis. São fatores que, muitas vezes, comprometem a credibilidade, a autoconfiança e o espírito coletivo, tidos como elementos indispensáveis para se formar uma organização financeira de base cooperativa e solidária. Por isso, aprender a reconhecer e coordenar diferentes interesses e conflitos é uma etapa de grande valia para os agentes que pretendem atuar na estruturação e no funcionamento das cooperativas.

Em termos de conteúdo, a maioria das ações programadas pelo Projeto visa difundir conhecimentos sobre cooperativismo, subsidiando os habitantes a respeito do funcionamento geral das cooperativas de crédito no Brasil, dando especial atenção ao marco legal e aos modelos de governança. A realização de oficinas, reuniões, visitas e seminários exigem a utilização de diferentes técnicas de animação de grupos e objetivam identificar e preparar as lideranças e assessores locais responsáveis pela criação das cooperativas ou dos PAC. Além disso, a experiência profissional da equipe do projeto e a presença de eventuais convidados

especializados buscam orientar as comissões locais em seus esforços para levar adiante o processo de formação das cooperativas. Pela metodologia adotada, a constituição das cooperativas é desenvolvida em etapas, de modo que a realização de novas atividades depende dos resultados observados nas ações anteriores e do interesse da comunidade em dar continuidade ao projeto. A seguir, são apresentadas as principais etapas e atividades que compõem essa sistemática.

Etapa de sensibilização

O envolvimento de um grande número de pessoas e de organizações locais é crucial para o sucesso das cooperativas de crédito. Essa etapa consiste num esforço de sensibilização para a difusão da ideia e a montagem dos grupos organizadores. Para tanto, são realizadas reuniões e encontros de sensibilização nas comunidades pesqueiras e rurais. É fundamental contar com ajuda de técnicos e lideranças locais que possam convocar as reuniões junto aos futuros beneficiários e representantes das organizações sociais. Deve-se também realizar encontros com autoridades, técnicos e outras lideranças locais e regionais de modo a realçar a importância da iniciativa para o desenvolvimento do município e região e para convidá-los a integrar os comitês de apoio a serem montados em torno de cada cooperativa. O envolvimento desses agentes locais deve ocorrer de modo democrático como forma de incentivo à participação do público que constitui a base social da futura organização.

Etapa de mobilização social

Após os eventos de sensibilização com a apresentação dos princípios que norteiam o funcionamento das cooperativas de crédito e de sua importância para o desenvolvimento das comunidades de pescadores e aquicultores, o projeto promove oficinas municipais sobre a temática. As oficinas têm como público-alvo lideranças dos futuros associados e possíveis multiplicadores da proposta. Sua realização visa consolidar os conhecimentos sobre o modo de atuação das cooperativas de crédito rural solidárias no Brasil e sua relevância para o desenvolvimento territorial, bem como capacitar os agentes multiplicadores da proposta a respeito dos próximos passos para a constituição de cooperativas de crédito rural solidárias.

A elaboração de materiais específicos para se promover a proposta de criação das cooperativas de crédito para o público de pescadores e aquicultores representa uma etapa

pedagógica estratégica. Em função das características do público, a elaboração de cartilhas e roteiros didáticos, como também as apresentações eletrônicas em reuniões, oficinas e outros eventos comunitários são ações metodológicas consideradas estratégicas. Nessa etapa, deve-se também consolidar os comitês de apoio. A participação de lideranças do poder público e de forças sociais e políticas facilitam o estabelecimento de arranjos institucionais favoráveis à proposta. Essa adesão envolve, portanto, entes públicos e privados, como órgãos governamentais, universidades, ONGs e outros atores que atuam com o tema do desenvolvimento. Além do respaldo político, suas contribuições no campo técnico são importantes para que os membros das cooperativas reúnam informações sobre as condições naturais da região, na definição de estratégias de negócios e na implantação de medidas de gerenciamento de riscos.

A realização de viagens e excursões de intercâmbio busca aproximar os representantes das futuras organizações com cooperativas de crédito solidárias e sistemas em funcionamento. Esse contato facilita o estabelecimento de acordos de cooperação entre essas experiências de modo que os futuros dirigentes e colaboradores das cooperativas recebam treinamento técnico e apoio operacional, como também encaminha a filiação da nova organização a um sistema que já esteja consolidado no plano institucional e financeiro. Para aumentar a compreensão dos moradores locais sobre os problemas relacionados às políticas de crédito e fortalecer o arranjo institucional da futura cooperativa, está prevista, no final dessa etapa, a realização de um seminário municipal sobre o financiamento das atividades pesqueiras e rurais. A ideia é que esse seminário seja organizado pelos próprios promotores da futura cooperativa tendo o apoio das entidades locais e da equipe da UFSC.

Projeto de constituição

A elaboração de projetos de constituição das cooperativas de crédito é uma exigência legal e visa demonstrar ao Banco Central a viabilidade social e a sustentabilidade econômica do empreendimento. Em função da complexidade e do grau de exigência do Banco Central, um Grupo de Trabalho (GT) composto por técnicos da região, funcionários de outras cooperativas e membros da equipe de apoio têm a responsabilidade de montar o projeto de constituição. Esse projeto deve descrever o conteúdo geral da proposta, dando especial destaque à coesão social dos proponentes, o volume e a natureza da demanda pelos serviços financeiros, as potencialidades econômicas e sociais da região e a estratégia de articulação da

organização com os sistemas cooperativos e entidades parceiras. Deve conter também um plano de negócios baseado em projeções a respeito da evolução patrimonial e financeira para os primeiros 36 meses de funcionamento das cooperativas.

Crítérios que orientaram a escolha dos municípios

O estado de Santa Catarina apresenta um litoral com 531 km de extensão (7 % do total nacional), onde são praticadas pescarias industriais e artesanais por cerca de 38.000 pescadores profissionais. A pesca industrial concentra a maior parte da frota pesqueira nos municípios de Itajaí e Navegantes (85%), com menor expressão em Laguna, Porto Belo e Governador Celso Ramos (UNIVALI/CTTMAR, 2007). Já a pesca artesanal se distribui pelos 34 municípios litorâneos, onde estão localizadas 337 comunidades pesqueiras e atuam 22000 pescadores profissionais artesanais registrados (SEAP, 2006a). Os dados apontam ainda que praticamente a totalidade (99,98%) das 5313 embarcações artesanais cadastradas em Santa Catarina tem menos de doze metros, ou seja, o tamanho máximo atribuído às embarcações do tipo artesanal (SEAP/PROZEE/IBAMA, 2006). Neste estado, a aquicultura também vem expandindo e ocupando muitos trabalhadores que têm origem associada à pesca artesanal.

Para a definição dos locais em que o projeto está sendo desenvolvido, levou-se em consideração os seguintes aspectos: a) possíveis deficiências no mercado financeiro local; b) existência de um sistema de cooperativas de crédito que se encontre geograficamente próximo, que possa oferecer um suporte técnico e organizacional adequado à iniciativa e filiar a futura cooperativa; c) ser uma região onde as atividades pesqueira e/ou aquícolas tenham forte significado econômico, social e cultural; d) permitir que a equipe universitária de apoio possa estar presente periodicamente para acompanhar o processo; e) preferencialmente, ser uma localidade não atendida por outra cooperativa de crédito e que os serviços bancários existentes para as atividades ligadas à pesca artesanal sejam precários, de modo que a proposta ganhe mais força junto aos atores sociais, entidades e agentes governamentais locais; e f) haver interesse da comunidade e de organizações locais em realizar esse tipo de iniciativa.

Em função desses condicionantes, definiu-se que as experiências-piloto fossem desenvolvidas nos municípios de Governador Celso Ramos e de Garopaba. Um levantamento sobre as aplicações de Pronaf em 2006 indica que foram financiados apenas sete projetos e liberados R\$63,3 mil em Governador Celso Ramos. Em Garopaba foram destinados R\$202 mil para 28 projetos. Esses fracos desempenhos colocaram os dois municípios,

respectivamente, na 289º e 275º posição no *ranking* estadual do Pronaf Crédito, de um total de 293 municípios.

Garopaba situa-se no litoral Centro-Sul catarinense, onde se encontram vinte comunidades pesqueiras e 1332 pescadores profissionais cadastrados. Além da pesca oceânica, muitos pescadores atuam na pesca estuarina em duas lagoas existentes no local. Já Governador Celso Ramos situa-se no centro do litoral catarinense e possui sete comunidades pesqueiras, com mais de mil pescadores profissionais cadastrados (SEAP, 2006a). Nesse município, a pesca industrial perdeu força nos últimos anos, restando apenas alguns barcos, embora muitos pescadores continuem trabalhando em embarcações industriais na região. Como elemento diferencial de Governador Celso Ramos destaca-se a presença da maricultura familiar, principalmente para a produção de mariscos. Em ambos os locais, a agricultura tem pequena expressão, resultado da gradativa ocupação das áreas para fins residenciais, principalmente vinculados à expansão do turismo de massa. Contudo, enquanto em Garopaba o turismo é a principal atividade econômica, em Governador Celso Ramos é o setor primário que ocupa essa posição.

RESULTADOS E ANÁLISE

Em 2009, o poder público municipal de Garopaba e de Governador Celso Ramos efetuaram reuniões com o Sistema Cresol visando criar cooperativas singulares ou PAC nessas localidades. Porém, mesmo com os graves problemas no acesso a políticas públicas de crédito, o desconhecimento dos pescadores, aquicultores e agricultores sobre o cooperativismo de crédito e a falta de uma metodologia de envolvimento social como a adotada pelo Projeto da UFSC acabaram fazendo com que a proposta não prosperasse nas duas localidades. A equipe do Lemate iniciou o trabalho nos dois municípios por meio da identificação de agentes públicos e lideranças envolvidas com as atividades pesqueiras, visando envolvê-las na realização do Projeto. As primeiras ações ocorreram em conversas individualizadas com presidentes de colônias de pescadores, associações de pescadores e de maricultores, secretários municipais de pesca e agricultura. Na sequência, efetuaram-se reuniões com o objetivo de problematizar o tema do cooperativismo de crédito e apresentar a metodologia do projeto às lideranças.

Essas ações ocorreram primeiramente em Garopaba, local onde se obteve o imediato apoio do Secretário de Agricultura e Pesca. Esse agente assumiu a articulação local do projeto

e passou a agendar reuniões nas comunidades para a apresentação e discussão da proposta. Além disso, o Projeto recebeu o apoio formal da Associação de Pescadores de Garopaba e da Colônia de Pescadores. Como resultado dessa articulação, essas entidades convocaram as primeiras reuniões comunitárias, que foram realizadas em zonas distintas do município de modo a proporcionar a participação do máximo de pescadores e moradores locais. Todos os eventos contaram com a presença de bom número de pescadores – entre vinte e setenta –, os quais indicaram o interesse em levar adiante a proposta de organizar a cooperativa de crédito.

Nesse município, a etapa sensibilização, que prevê as reuniões comunitárias e as primeiras articulações institucionais, encontra-se em fase final. Em relação aos contatos com as entidades locais, além das citadas, os coordenadores do Projeto já apresentaram a proposta para membros da Câmara de Vereadores, Prefeitura Municipal, Igreja Católica e algumas organizações não-governamentais. Em breve, será organizada uma reunião ampliada na sede do município para definir as ações relacionadas às segunda e terceira etapas: as oficinas, visitas às cooperativas de crédito solidárias em funcionamento, seminário municipal, elaboração do projeto de constituição da coordenação da futura cooperativa de crédito rural nesse município.

Já em Governador Celso Ramos, o Projeto vem enfrentando dificuldades maiores para sua implantação. Essa situação decorre de um conjunto de fatores, com destaque para o debate sobre a construção de um grande estaleiro de plataformas marítimas, tema que tem gerado grande preocupação e controvérsias entre as lideranças, pescadores e aquicultores. Acredita-se que isso tem dificultado a participação pró-ativa do poder público local, bem como impedido que as reuniões fossem realizadas em algumas comunidades. Em diversos momentos, as reuniões foram desmarcadas por coincidirem com as audiências públicas sobre o estaleiro, em outras ocasiões, tiveram baixa participação, além do pouco comprometimento de lideranças.

Para contornar esses problemas, estão sendo efetuados diversos contatos diretamente nas comunidades, procurando identificar pessoas para apoiar a divulgação das reuniões. Contudo, essas ações estão tendo efeitos limitados devido à grande mobilização que o projeto do estaleiro está gerando. A baixa presença é atribuída a certa resistência à proposta, pois os pescadores já enfrentaram problemas de gestão com uma cooperativa de produtores no passado. Mesmo entre as lideranças, essa desconfiança ficou evidente, mas o respaldo da UFSC e a apresentação detalhada do projeto têm contribuído para superar essa questão. Assim, nas reuniões já efetuadas, a avaliação de mérito favorável tem permitido comprometer os presentes na organização de novas reuniões comunitárias.

Segundo as lideranças contatadas pelo projeto, após a decisão sobre a construção do estaleiro naval em Governador Celso Ramos, os membros das comunidades ligadas à pesca e aquicultura do município devem estar mais receptivos à discussão da ideia da cooperativa de crédito. Ressalte-se que imprevistos como os observados em Governador são comuns em projetos de extensão, especialmente quando envolvem vários atores sociais, precisam interferir em dinâmicas sociais territoriais, e quando há múltiplos interesses e prioridades institucionais em cena. Por isso, os seus proponentes devem estar preparados para lidar com situações inusitadas e demonstrar capacidade de adaptar sua metodologia de trabalho. Esses cuidados são particularmente importantes nos processos de criação de novas cooperativas de crédito solidárias, uma vez que a interrupção dos trabalhos de animação pode aumentar a descrença dos atores locais quanto a sua capacidade organizacional e diminuir a confiança no potencial da cooperação. De todo modo, se as dificuldades de mobilização observadas em Governador Celso Ramos se mantiverem, indicando a inviabilidade de formar uma cooperativa singular nesse momento, o projeto conta com a possibilidade de apoiar a constituição de um PAC no município. Esse PAC atuaria vinculado a uma cooperativa de outro município e poderia servir de embrião à formação de uma singular no futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A grande maioria das comunidades pesqueiras brasileiras ou dispõe de serviços financeiros de baixa qualidade, ou sequer tem acesso a esse tipo de serviços. A constituição de cooperativas de crédito protagonizadas por pescadores artesanais e aquicultores (maricultores) familiares apresenta-se como alternativa para melhorar o acesso ao crédito público e potencializar o uso da poupança local em ações voltadas ao desenvolvimento das comunidades pesqueiras. A presença de uma cooperativa de crédito nesses espaços pode gerar benefícios, individuais e coletivos, similares aos observados em diversas regiões rurais do País que já contam com essas estruturas, em especial, para o atendimento de segmentos sociais da agricultura familiar historicamente excluídos da política oficial de crédito rural.

A abordagem adotada neste projeto para mobilizar os atores sociais ligados à pesca artesanal e à aquicultura familiar tem conseguido resultados distintos nas duas localidades onde a equipe do Projeto atua. Como as atividades encontram-se em fase inicial de execução, as causas dessas disparidades são ainda objeto de reflexão pelos membros da equipe. De um lado, observa-se que está se conseguindo reunir, com maior facilidade, os pescadores de Garopaba para discutir suas dificuldades de acesso ao mercado financeiro formal e motivá-los

para aprofundarem a discussão sobre as vantagens que o cooperativismo pode proporcionar. Por outro lado, as dificuldades enfrentadas em Governador Celso Ramos para implementar um processo semelhante revelam, preliminarmente, uma frágil experiência de cooperação exitosa e uma tradição de relações paternalistas e clientelistas estabelecidas ao longo do tempo entre instituições representativas do setor pesqueiro, poder público e pescadores tradicionais.

Esse quadro sugere a necessidade de se adotar outras estratégias metodológicas para motivar o público da pesca artesanal e da aquicultura familiar. Como esperado, a adaptação de metodologias empregadas com sucesso na constituição de cooperativas de crédito na agricultura familiar não aconteceu de maneira automática, face às características sociais e culturais do público da pesca. Essa diversidade de situações confirma que as ações do Projeto estão servindo como uma espécie de laboratório social, demandando uma constante reavaliação dos passos metodológicos com o propósito de aprimorar as estratégias de intervenção. Apesar das dificuldades e desafios enfrentados, acredita-se que o cooperativismo de crédito representa no Brasil um importante instrumento de organização social e financeira das populações pesqueiras e de melhoria da qualidade de vida de suas comunidades.

AGRADECIMENTOS

O Laboratório de Estudos da Multifuncionalidade Agrícola e do Território agradece o apoio financeiro do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano (IADH), do Projeto Sistemas Agrários e Desenvolvimento Territorial (Programa Capes/Brafagri) e, de forma especial, a colaboração da UFSC com a concessão de bolsas de monitoria e extensão (Probolsa) e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic/CNPq). Esses programas de bolsas permitiram o envolvimento dos estudantes de agronomia Rodrigo Weigand de Castro, Victor Ferreira, André Luiz Nicoluzzi, Stephany Ramos de Souza e Kienency Duarte nas ações de pesquisa e extensão do Lemate, aos quais agradecemos pela colaboração nesse Projeto.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

BANCO CENTRAL. Disponível em: <<http://www.bcb.com.br>>. Acesso em: 10 abr. 2010.
BESLEY, Timothy. How do market failures justify interventions in rural credit markets? In: **The World Bank Research Observer**. Washington, v. 9. n. 1, p. 27-47, 1994.

BITTENCOURT, Gilson. **Abrindo a caixa preta: o financiamento da agricultura familiar no Brasil**. Campinas, 2003. 213 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2002.

BÚRIGO, Fábio Luiz. **Cooperativa de crédito rural: agente de desenvolvimento local ou banco comercial de pequeno porte?** Chapecó: Argos, 2007. 135p.

_____. **Cooperativa de crédito rural: como administrar com a comunidade**. 1. ed. Brasília: Secretaria de Desenvolvimento Rural do MAARA / PNFC / CEPAGRO, 1997. 38 p.

_____. **Finanças e Solidariedade: cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil**. Chapecó: Argos, 2010. 454p.

CAPELLESSO, Adinor José. **Os sistemas de financiamento na pesca artesanal: um estudo de caso no litoral Centro-Sul catarinense**. 2010. 164 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

CAPELLESSO, Adinor José; BÚRIGO, Fábio Luiz; CAZELLA, Ademir Antonio. O financiamento na pesca artesanal e as políticas públicas de crédito: por que só disponibilizar recursos não é suficiente? In: SEMINÁRIO DE SOCIOLOGIA ECONÔMICA, 1., 2009, Florianópolis **Anais...** Florianópolis, 2009.

CAZELLA, Ademir Antonio. **Cooperativismo de crédito rural: lições de uma experiência**. In: MONTROYA, Marco Antônio (Org.). Aspectos regionais do crédito rural: governo, cooperativas e informalidade. Passo Fundo: UPF, 2002. p. 25-46.

DIEGUES, Antônio. C. S. A. A sócio-antropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil. **Etnográfica**, v. III (2), p. 361-375, 1999.

PINHO, Diva Benevides. **O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária**. São Paulo: Saraiva, 2004.

PROGRAMA Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Disponível em: <<http://www.pronaf.gov.br>>. Acesso em: 29 jul. 2006.

SEAP. **Aquicultura e pesca: desenvolvimento sustentável para o Brasil**. Brasília: SEAP/PR, 2006b.

_____. Resultado do recadastramento nacional dos pescadores no Brasil. **Registro Geral da Pesca**. Brasília, 2006a.

SEAP/PROZEE/IBAMA. Relatório final do Projeto de Monitoramento da atividade pesqueira no litoral do Brasil – Projeto Estatpesca. Brasília, ago. de 2006.

SOARES, Marden Marques; MELO SOBRINHO, Aberlardo Duarte. **Microfinanças**: o papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito. Brasília: Banco Central do Brasil, 2006.

UNIVALI/CCTMAR. **Boletim estatístico da pesca industrial de Santa Catarina** – Ano 2005 e panorama 2001/2005. Universidade do Vale do Itajaí, Centro de Ciências Tecnológicas da Terra e do Mar. Itajaí: Universidade do Vale de Itajaí, 2007. 80p.